

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, pelas vinte e uma horas e trinta minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua em harmonia com a convocatória de 6 de dezembro de 2021, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município;
- 2) Ponto de situação do contrato de planeamento referente ao plano de pormenor da zona da Milnorte;
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à estrutura orgânica dos serviços municipais, regulamento interno dos serviços e alteração do mapa de pessoal;
- 4) Apresentação, discussão e aprovação da “Autorização para contratação da EMLP, ao abrigo do art.º 51, n.º 1, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, para aplicação em projeto de investimento, até ao montante de 238.198,50€ correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal co-financiado pela operação – NORTE-06-3928-FEDER-000203 – Revitalização do Balneário termal para fins terapêuticos das Caldas do Moledo”. Relatório final de análise de proposta/autorização para contratação;
- 5) Apresentação, discussão e aprovação da contratação de empréstimo a Curto Prazo – Exercício Económico de 2022. Relatório de análise das propostas;
- 6) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa de IMI para vigorar na cobrança a efetuar no ano 2022;
- 7) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa de participação no IRS para o ano de 2022, ao abrigo do preceituado no art.º 25º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;

- 8) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2022, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC;
- 9) Apresentação, discussão e aprovação da taxa municipal de direitos de passagem para fixação de taxa para 2022;
- 10) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal referente aos documentos previsionais para o ano de 2022 “Orçamento E Plano Plurianual de Investimentos 2022”;
- 11) Designação de representantes das freguesias do concelho para integrarem a Comissão Municipal de gestão integrada de fogos rurais até ao limite de 2 de acordo com a alínea a) do n.º 3 do artigo 29º do Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro;
- 12) Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal à Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO, nos termos do art.º 83º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 13) Eleição de três representantes para a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro.

Feita a chamada verificou-se que não estavam presentes os Deputados Isabel Maria de Sousa Santos, Jorge Filipe Gomes Alves, Luís Filipe da Costa Monteiro e Mário Jorge Quifones Janeiro que foram substituídos pelos Deputados João Manuel Nogueira Rocha, Marlene Monteiro de Almeida, Paulo Manuel de Carvalho Teixeira Mendes e Fábio Sandro de Carvalho Guedes, respetivamente.

No conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu as boas-vindas e desejou um excelente mandato a todos.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda, parabenizou a cerimónia de tomada de posse. Demonstrou disponibilidade em se candidatar ao lugar para a Assembleia Intermunicipal da CIM Douro, destacando a necessidade de lutar pela Casa do Douro. De seguida realçou a segurança da cidade como sendo um assunto preocupante e que causa prejuízos a estabelecimentos comerciais que têm que fechar mais cedo por essa mesma razão.

Entretanto disse que esta sua intervenção iria ser escrita e entregue na mesa da Assembleia.

De seguida teve a palavra o deputado do PSD, Hugo Fonseca que felicitou o Presidente da Mesa, André Marques e Agostinho Santa pela candidatura a deputados da Assembleia da República. Destacou, ainda, a ausência de interesse na obra da ponte e propôs que nos próximos quatro anos o executivo se debruce na realização de um estudo para o alargamento do tabuleiro.

Usou da palavra o Presidente da Mesa que parabeniza, igualmente, todos os candidatos à Assembleia da República e afirmou continuar disponível para o que for necessário.

De seguida, tomou a palavra a deputada do PS, Carla Borges, para parabenizar todos os membros eleitos dos órgãos autárquicos. Destacou a eleição da 1ª mulher numa junta de freguesia em Peso da Régua, esperando haver mais mulheres a eleger-se no futuro. Parabenizou todos os reguenses que integraram as listas a deputados. Terminou a intervenção salientando que 3 horas de Assembleia é pouco tempo para discutir todos os pontos da ordem de trabalhos e propôs que esta seja dividida em mais sessões.

No seguimento, o Presidente da Mesa propôs que se possa fazer uma alteração ao horário das Assembleias.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves para felicitar a presença de tantos munícipes na Assembleia, felicitou, ainda o Presidente da Mesa pela sua candidatura a deputado, assim como todos os restantes candidatos, destacando que serão 9 reguenses candidatos pelos diversos partidos. Por último, propôs a alteração das Assembleias para as 2ªs feiras de tarde.

Usou da palavra o Presidente da Mesa para congratular-se com o facto de ser a maior plateia de munícipes presentes numa Assembleia. Subscreeveu o contentamento do deputado Raúl Gonçalves pelo facto de haver tantos reguenses candidatos à Assembleia da República.

Teve a palavra a deputada do PS, Carla Borges, em resposta ao deputado Raúl Gonçalves, para referir que tinha que ouvir os restantes colegas da sua bancada quanto à alteração do horário das Assembleias pelo facto de todos trabalharem e poderem não estar presentes.

Em resposta, o deputado do PSD, Raúl Gonçalves reafirmou que todos trabalham, mas que acha benéfico manter o sistema anterior.

Usou da palavra o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda para fazer uma exposição sobre a sua presença na Assembleia Municipal e propôs a nova data da mesma para as 6ªs feiras à noite.

A deputada do PS, Carla Borges salientou que as Assembleias passarem a ser ao Sábado também poderá ser uma realidade e que o tempo de intervenção não irá reduzir, pelo que se deve ponderar a alteração dos horários.

O Presidente da Mesa realça que, mesmo sendo trabalho municipal decorre da lei, nas suas funções de deputado, não poder ausentar-se às 6^{as} feiras, fazendo uma retrospectiva do que tem acontecido até ao momento.

No período de intervenção aberto aos munícipes usou da palavra Gabriela Mesquita para solicitar que se torne público e seja publicada a data e hora das Assembleias Municipais bem como a respetiva ordem de trabalhos.

Procedeu-se à leitura da ata da última Assembleia municipal e posta à votação foi a mesma aprovada, com 18 votos a favor e 10 abstenções, justificadas por não terem estado presentes.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- Reuniões com a GNR por causa das questões de segurança na cidade;
- A situação do Balneário Termal, salientando a existência de constrangimentos de legalização da unidade hoteleira da parte de cima;
- Reunião com o Centro Social e Paroquial de Loureiro no âmbito de uma candidatura ao financiamento para as obras, por parte do projeto PARES;
- 3 reuniões com a diretora da Segurança Social, a Alfandega e o departamento das Finanças devido à precariedade das instalações destes serviços. Informou que a Câmara Municipal tem o aval de todas as entidades para avançar com uma solução de junção dos serviços na zona alta da cidade, num imóvel, do IVDP, que será reabilitado;
- Reunião com o ACES, devido aos centros de vacinação, encerrados a nível nacional, manifestando a disponibilidade da Câmara Municipal para reabrir o centro de Peso da Régua e dar condições às pessoas, nomeadamente nas zonas de espera;
- Reunião com a diretora do Porto do IHRU, onde foram discutidos os problemas do Bairro das Alagoas e do Sacadura Cabral, no âmbito do 1º Direito;
- Reunião com a Segurança Social no âmbito do lançamento de um desafio de serem criadas comunidades de inserção social, que permitirá olhar para o valor recebido pelos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e convertê-lo em dias de trabalho,

fazendo com que estes se aproximem e tenham experiências no mercado de trabalho e se sintam, simultaneamente, uteis;

- Reunião com a APDL e outras entidades para angariação de financiamento para obras necessárias;
- Ponto de situação da Linha do Douro;
- Responde ao deputado Hugo Fonseca afirmando que está em cima do assunto e tem tido reuniões com as Estradas de Portugal no sentido de haver uma solução para a ponte;
- Realçou, ainda, os 20^a anos do Douro Património da Humanidade, destacando o trabalho das pessoas para tal;
- O Passaporte Douro da CIM Douro, explicando o objetivo e a essência do mesmo como forma de dinamizar o território;
- As eleições da AdiN, informando que se alterou um membro do conselho de administração, mantendo-se o Presidente e o lugar de peso da Régua, uma vez mais não remunerado;
- O projeto CRIVO do Museu do Douro, destacando que já está em requalificação apanhadora e, em breve, entrará a rua;
- A candidatura “Cidade Europeia do Vinho”, realizada através da CIM Douro;
- A inauguração da Capela e Casa Mortuária de Vinhós;
- Referiu, ainda algumas obras que continuam em andamento, nomeadamente o polidesportivo de Vilarinho dos Freires, o albergue de S. Tiago, o Hospital, as Caldas do Moledo, a requalificação dos Bairros Sociais, a Manuel de Arriaga, entre outras;
- A situação da Casa do Douro, reafirmando a necessidade de colocar os partidos a discutir o seu futuro.

De seguida usou da palavra o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda para falar relativamente ao posto da GNR do Peso da Régua, realçando serem poucos os elementos que estão disponíveis para agir imediatamente. Propôs que o Presidente da Câmara se dirija ao Presidente da República, se for necessário, para resolver a questão.

Teve a palavra a deputada do PS, Carla Borges onde solicitou esclarecimentos sobre a lista de compromissos plurianuais e a lista dos processos judiciais.

De seguida, o deputado do PSD, Raúl Gonçalves parabenizou o Presidente da Câmara pela continuidade na dinâmica da atividade, destacando a atribuição de subsídios às associações desportivas, culturais e recreativas do concelho. Salientou o trabalho próximo que existe com as instituições governamentais bem como a angariação de fundos

comunitários. Por último, congratulou-se pelo facto de a Linha do Douro vir a ser uma realidade, investimento férreo este que, para um elemento socialista, não era importante.

Teve a palavra o deputado do PSD, Hugo Fonseca, que destacou a presença da Câmara Municipal, com a APDL, numa sessão sobre a poluição. Parabenizou, ainda, o Sr. Presidente pela cerimónia de condecoração e pela realização da pavimentação de vários troços, nomeadamente nas freguesias, destacando apenas um em que a mesma não correu tão bem.

Tomou a palavra o Sr. Presidente, em resposta ao deputado Eduardo Miranda, salientando que não considera que a resolução dos problemas esteja na publicação nas redes sociais e que naturalmente está em cima do assunto, a trabalhar em estratégias que possam efetivamente trazer soluções. Em resposta à deputada Carla Borges afirmou que iria dar indicações aos serviços para que fossem clarificadas as questões dos compromissos e esclareceu, ainda, o processo judicial que a deputada questionou. Por último, informou o deputado Hugo Fonseca que se vai continuar a trabalhar na resolução do problema do troço que não correu efetivamente bem.

Teve a palavra a deputada do PS, Carla Borges, que, em resposta ao deputado Raúl Gonçalves, afirma ter sido aprovada por unanimidade, na Assembleia da República, a requalificação da Linha do Douro e dirige-se ao Sr. Presidente afirmando que na campanha eleitoral não foi dita nenhuma mentira.

O deputado do PSD, Raúl Gonçalves usou da palavra realçando que sim existe aprovação do PS na Assembleia da República, mas obra nem vê-la, lembrando que quem afirmou que a Linha do Douro não era uma prioridade foi o deputado do PS, Ascenso Simões.

A deputada do PS, Carla Borges reafirmou a defesa da Linha do Douro, por parte do Governo e do Partido Socialista.

Usou da palavra o Sr. Presidente que respondeu à deputada Carla Borges que sim, que foram escritas mentiras na campanha eleitoral. Por último, sobre a Linha do Douro informou que de facto para o deputado Ascenso Simões esta não era uma prioridade, mas da mesma forma realça o empenho do Ministro Pedro Nuno Santos e da Ministra Ana Abrunhosa na defesa desta linha.

O Presidente da Mesa propôs o prolongamento da sessão por mais duas horas, sendo o mesmo aceite.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo a palavra o Sr. Presidente da Câmara que fez uma apresentação extensiva do ponto de situação da Milnorte, nomeadamente do respetivo Plano de Pormenor.

Pelo PS, tomou a palavra a deputada Marinete Alves que questionou o Sr. Presidente da Câmara quem é o proprietário e investidor do imóvel, bem como da razão do enfase dado a um projeto tão embrionário.

O deputado da CHEGA, Eduardo Miranda, manifestou o inteiro apoio ao Sr. Presidente da Câmara para o andamento deste processo e projeto tão benéfico.

Pelo PSD, o deputado Raúl Gonçalves enalteceu o projeto que é estruturante para o desenvolvimento da região e do concelho e a forma como o Sr. Presidente da Câmara o tem conduzido, salientando o total apoio do PSD.

Retomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer a questão da deputada Marinete Alves.

Usou novamente da palavra a deputada do PS, Marinete Alves para questionar as distâncias ao rio e as imagens que viu do projeto.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu à deputada Marinete Alves que, naturalmente, serão respeitadas as distâncias ao rio e cumprida a lei.

Tomou a palavra a deputada do PS, Carla Borges para salientar que o PS é a favor do investimento em causa.

Entrando no 3º ponto da ordem do dia tomou a palavra o Sr. Presidente para informar a Assembleia que esta proposta tem que ver com algumas alterações ao organograma, conformando o que na prática já existe e com a criação de dirigentes de 3º grau que são importantes para a operacionalização do trabalho que se realiza na Câmara Municipal.

Todos os partidos prescindiram da palavra.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor.

Dando entrada no ponto 4 da ordem do dia, teve a palavra o Sr. Presidente para esclarecer a Assembleia que se trata de uma proposta para contratar a contrapartida nacional de financiamento da obra.

Usou da palavra o deputado da CHEGA, Eduardo Miranda, que manifestou o seu total apoio para o processo das Caldas do Moledo.

Pelo PS, a deputada Carla Borges manifestou que o PS é a favor do investimento, pedindo apenas esclarecimentos sobre o documento de suporte ao projeto. Relativamente ao empréstimo questiona a real necessidade de a Câmara Municipal o efetuar.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que assumiu que o PSD votaria favoravelmente e dirigiu-se à deputada Carla Borges dizendo que não há investimento sem endividamento.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer a deputada Carla Borges, informando-a que o documento que questionou já tinha sido disponibilizado ao PS. Fez, ainda, uma retrospectiva de quando chegou à Câmara, em 2005, afirmando que aí sim a dívida incomodava-o, disse que hoje já não e que há oportunidades de financiamento que não se podem perder.

Retomou a palavra a deputada do PS, Carla Borges para questionar o Senhor Presidente da Câmara se o contrato de comodato que era o pretendido na sua interpelação, já tinha sido celebrado e solicitou a entrega deste à Assembleia para ser analisado.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 5 da ordem do dia, tendo a palavra o Sr. Presidente da Câmara para informar que é um empréstimo para fazer face a despesas de tesouraria, iniciando-se a 1 de janeiro e acabando a 31 de dezembro.

Usou da palavra o deputado da CHEGA, Eduardo Miranda para afirmar estar de acordo.

Pelo PS, usou da palavra a deputada Carla Borges manifestando preocupação por ser opção de a Câmara recorrer demasiadas vezes a este tipo de empréstimos e cada vez maiores.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves, que informou que a bancada do PSD está tranquila e votará favoravelmente.

Usou novamente da palavra o Sr. Presidente reafirmando o que já havia dito e dizendo que provavelmente pode nem vir a ser usado, mas considera que deve ter sempre em cima da mesa esta folga, que no final do ano tem sempre que estar saldado.

Deu entrada na mesa de uma declaração de voto do PS.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria com 18 votos a favor e 11 abstenções.

De seguida foi proposto pelo Presidente da Mesa que os pontos 6, 7, 8 e 9 fossem abordados em conjunto, sendo que a votação seria em separado.

Usou da palavra o Sr. Presidente para apresentar as propostas de fixação de taxas, afirmando que se mantêm os valores anteriores, ou seja 0.375% no IMI, 5% no IRS, 1,5% na derrama em volumes de negócio superiores a 150.000€ e 0.25% na taxa de direitos de passagem.

Usou da palavra o deputado da CHEGA, Eduardo Miranda mostrando desagrado com o aumento de impostos no geral.

Pelo PS, usou da palavra a deputada Carla Borges que solicitou esclarecimentos relativamente às taxas em análise. Manifestou desagrado quanto à taxa de IRS, afirmando prejudicar um grande número de reguenses, nomeadamente pequenos empresários e trabalhadores por conta própria. Por último, informou que iriam votar contra.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves afirmando que iam votar favoravelmente.

Retomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer a deputada Carla Borges no que aos valores das taxas e impostos diz respeito, mostrando a forma equitativa como estão distribuídos. Realçou, ainda, que se tiverem outras propostas que as apresentem.

A deputada do PS, Carla Borges dirige-se ao Sr. Presidente dizendo que quando entenderem fazer propostas irão fazer.

Deu entrada na mesa de uma declaração de voto do PS.

Relativamente ao ponto 6, posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor.

Quanto ao ponto 7, posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 3 abstenções e 8 votos contra.

Relativamente ao ponto 8, posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor.

No ponto 9, posta à votação, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 28 votos a favor.

Dando entrada no ponto 10 da ordem do dia, teve a palavra o Sr. Presidente que apresentou os investimentos revertidos no plano plurianual, como as obras no hospital e nas termas, a reabilitação dos Bairros Sociais, entre outros. Salientou a Estratégia Local

de Habitação e o Programa 1º Direito como sendo, na questão da habitação, fundamentais para ajudar as pessoas e, simultaneamente, requalificar o parque habitacional. Referiu que o concelho não necessita de áreas de expansão, mas sim de reabilitar o edificado existente, bem como apostar em áreas que sejam competitivas, tal como o turismo e os serviços. Evidenciou a área da programação como sendo o futuro para onde se deve remar pelos jovens e, por último salientou o investimento de 45.000€ nas bolsas atribuídas a alunos do ensino superior.

Usou da palavra o deputado da CHEGA, Eduardo Miranda para salientar alguns aspetos que considera importantes no plano plurianual de investimentos e com o qual manifestou total concordância e apoio.

Pelo PS, a deputada Carla Borges afirmou que este plano é uma vez mais as referências dos anos anteriores, dando alguns exemplos. Questionou algumas atividades dizendo que não tem havido interesse do município em avançar com elas, nomeadamente nas áreas da juventude, habitação, mobilidade e envelhecimento e perda de população.

Tomou a palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves fazendo uma reflexão transversal ao plano. Adverte a deputada Carla Borges que ao votar contra o orçamento vota contra todo o investimento, previsto nele, em obras e projetos que dão qualidade de vida aos reguenses.

Usou da palavra a deputada do PSD, Cátia Trindade afirmando que não concorda com a deputada Carla Borges quando diz não haver interesse do município nas áreas que referiu. Esclarece que tanto quanto sabe a implementação do Cartão Jovem Municipal está em andamento e que o protocolo já foi assinado e enviado à MOVIJOVEM, entidade nacional que gere a implementação do mesmo, apenas se aguarda que o devolvam assinado. Realçou, ainda, o Conselho Municipal da Juventude, um órgão dedicado à juventude. No que concerne à área da habitação destacou a Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa 1º Direito que tem 15 milhões de euros dedicados a apoiar famílias e a requalificação do parque habitacional municipal.

Retomou a palavra o Sr. Presidente afirmando, em resposta ao deputado Eduardo Miranda, que quer o sucesso de todos. Perguntou, ainda à deputada Carla Borges quais os investimentos que vêm a ser arrastados e esclarece que não pode querer zonas de expansão e, simultaneamente, queixar-se de falta de reabilitação.

Decorrido o tempo máximo de prolongamento da sessão e por imperativo legal, os trabalhos tiveram que ser interrompidos ficando acordado terem seguimento no dia seguinte, 16 de dezembro de 2021.

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em Assembleia Extraordinária, retomaram-se os trabalhos interrompidos na sessão anterior, não tendo respondido à chamada os deputados Marlene Monteiro de Almeida e Fábio Sandro de Carvalho Guedes.

Teve a palavra a deputada do PS, Carla Borges que respondeu ao deputado Raúl Gonçalves que o grupo do PS não está presente apenas por estar e que pretendem contribuir, pois foram eleitos para tal. Respondeu à deputada Cátia Trindade a dizer que afinal tinham razão e nada está no terreno. Dirigiu-se ao Sr. Presidente a reforçar que entende que nem todas as rubricas vão para o plano de investimentos e solicita explicações de determinadas rubricas e respetivos valores. Por último, referiu algumas obras que ainda não estão concluídas.

A deputada do PSD, Cátia Trindade usou da palavra para esclarecer a deputada Carla Borges, afirmando que estão não tem razão, as atividades nas áreas referidas estão a andar, apenas não com a rapidez desejada. Referiu, como exemplo que o Conselho Municipal da Juventude apenas teve que suspender as suas reuniões e atividades por imposição do governo e da Direção Geral da Saúde, devido aos cuidados a ter com a pandemia Covid 19 e que, naturalmente, a execução da Estratégia Local de Habitação é um processo complexo que pode demorar mais a ser visível e avançar para a obra do que o que se espera.

Retomou a palavra o Sr. Presidente realçando o trabalho dos funcionários do Audir, pelo seu profissionalismo. Respondeu à deputada Carla Borges esclarecendo que o plano e orçamento é uma previsão do que se pretende e considera que se pode fazer e que as questões da receita e despesa vão sendo ajustadas, durante o ano, em relação ao que está previsto em plano. Clarificou a diferença entre aumento de impostos e aumento de receita, afirmando que os impostos não aumentaram e mesmo assim pode a receita aumentar. Evidenciou o valor que a Câmara Municipal ainda assume e poupa aos reguenses na fatura da água, saneamento e lixo. Esclareceu o atraso de algumas obras, nomeadamente da Barroca, fonte do milho, praça da biblioteca, entre outras. Ainda no uso da palavra, informou que se iria apostar, igualmente, na reabilitação para arrendamento acessível e

que a ministra afirmou haver financiamento, no próximo quadro comunitário, para construção para efeitos de arrendamento acessível. Por último, ressaltou que sempre que houver ideias e projetos de qualquer partido, que possam contribuir efetivamente para a melhoria da qualidade de vida dos reguenses, os mesmo serão bem-vindos.

Usou da palavra o deputado CHEGA, Eduardo Miranda que fez uma retrospectiva desde o seu 1º ato político, em 1985, onde elogiou o Professor Renato Aguiar e o atual Presidente da Câmara. Ainda no uso da palavra, reforçou a sua posição relativamente à questão da segurança na cidade e referiu que o plano e orçamento corresponde às suas expectativas e concorda com o mesmo, mais ainda evidencia que sendo o 1º ano gostava de ouvir o PS a dar o benefício da dúvida e daqui a um ano, se não fosse cumprido aí sim poderiam mudar de opinião. Por último, referiu que, na sua opinião, o lugar que foi dado ao Dr. Agostinho Santa na lista de candidatos à Assembleia da República deveria ter sido melhor.

Tomou a palavra a deputada do PS, Carla Borges agradecendo ao deputado Eduardo Miranda as palavras sobre o Dr. Agostinho Santa. Dirigiu-se ao Sr. Presidente para afirmar que o PS enquanto foi poder algo de bom também fez. Ainda no uso da palavra referiu algumas obras realizadas pelo PSD como sendo positivas, tais como as Piscinas Municipais e o Auditório. Por último, realçou que acredita que a cultura e o turismo serão uma boa alavancagem para o futuro.

Usou da palavra o deputado do PSD, Raúl Gonçalves que caracterizou o Sr. Presidente como uma pessoa séria, honesta, frontal e humilde. Solicitou-lhe que não seja tão humilde e que evidencie tudo de bom que já fez pelos reguenses, dando exemplo de algumas obras.

Novamente no uso da palavra o Sr. Presidente elogiou o Dr. Agostinho Santa fazendo uma retrospectiva histórica da partilha de trabalho que teve com ele em prol dos reguenses, destacando o seu contributo na questão da Casa do Douro. Respondeu ao deputado Eduardo Miranda dizendo que o objetivo e sentimento de resolução do problema da segurança é mútuo, apenas divergem na forma como o exprimem. Reafirmou que quem ler os compromissos eleitorais do PSD sabe que são cumpridos, dando alguns exemplos. Por último, deu conhecimento da aprovação da 1ª fase do projeto PARES na A2000, no Centro de Dia de Vilarinho dos Freires e no Centro de Loureiro.

Deu entrada na mesa uma declaração de voto do PS.

O Presidente da Mesa referiu que se orgulha em pertencer a esta Assembleia, salientando que subscreve quase tudo o que foi dito.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 16 votos a favor, 2 abstenções e 7 votos contra.

No ponto 11 da ordem do dia foram designados, por consenso, os presidentes de junta Paulo Primo, Presidente da União de Freguesias de Poiares e Canelas e Fernando Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Sedielos.

Dando entrada no ponto 12 o PSD propôs formar uma lista de consenso constituída por um membro de cada partido e o Presidente da Mesa.

O PS não concordou e propôs apresentação de listas separadas.

O PSD propôs uma lista em conjunto com o deputado do CHEGA, após a aceitação deste.

Deram entrada na mesa duas listas, lista A, pelo PSD e CHEGA e lista B, pelo PS. Os candidatos propostos foram: pela lista A os deputados Artur Soveral de Andrade, Cátia Trindade, Eduardo Miranda e Hugo Fonseca e pela lista B os deputados Carla Borges, Luis Monteiro, Paula Monteiro e Marinete Alves.

Feita a votação, a lista A obteve 12 votos expressos e a lista B 7 votos expressos. Foram então eleitos, pelo método de Hondt, os deputados do PSD, Artur Soveral de Andrade e Cátia Trindade, o deputado do CHEGA, Eduardo Miranda e a deputada do PS, Carla Borges.

Deu-se entrada no ponto 13 e foi apresentada à mesa uma lista, designada Lista A constituída pelos deputados do PSD, Artur Soveral Andrade e Filipe Osório e do PS, Jorge Alves.

Feita a votação, a lista A obteve 19 votos expressos.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para desejar as Boas Festas a todos os presentes.

Para encerrar a sessão, o Presidente da Mesa desejou as boas festas a todos e deu os parabéns a toda a Assembleia pela boa performance.

Por último, a deputada do PS, Carla Borges desejou, igualmente, aos Boas Festas a todos.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, dezanove Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos

imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.

ANEXOS

Senhor Presidente

Presado Executivo

Caros Companheiros

Municípes

Esta é a primeira reunião após 26 de Setembro.

É o reencontro após 18 de Outubro.

Foi uma cerimónia delicada e com a solenidade que merecia.

Estiveram presentes muitos autarcas; funcionários públicos; quadro do Estado para quem muitas vezes o tempo é circunstancial e aproveitam a bonomia com que esse Estado gere o seu tempo e o dos seus.

Os trabalhadores por conta de outrem viram condicionada a sua presença.

E eu não consegui ter ao meu lado os amigos que gostaria e parte da minha família, principalmente as minhas netas a quem aspiro passar o testemunho nestas questões de cidadania.

Se cá estiver daqui a 4 anos sugiro que escolham um fim-de-semana.

Queria saudar o PSD nas pessoas dos Senhores Presidentes da Assembleia Municipal e do Município pela expressiva vitória eleitoral, o que acarreta uma responsabilidade redobrada para o mandato que haveremos de cumprir.

Queria cumprimentar o PS que não saiu vencedor deste acto eleitoral mas que participou neste desafio de se propor ao sufrágio eleitoral, oferecendo aquilo que no seu entendimento seria o melhor para a gestão do Município.

Para vós, Partido Socialista, um cumprimento especial pelas escolhas que souberam fazer para a composição deste órgão.

Desde a média de idades; aos perfis; aos currículos, deixo-vos o desafio para serem imaginativos e participativos de forma a deixarem os seus contributos em acta para ajudar a tornar este órgão superlativo.

Sem qualquer presunção, aceitem que dê o pontapé de saída.

Convido o companheiro Jorge Alves, a ler um trabalho que por aí existe e está adormecido desde 2015:

“ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO – 2014/2020”.

Quando se sentir preparado, dê-nos a sua visão sobre o tema.

Não pretendo apoucar a bancada do PSD mas sempre vos digo que esperava mais e melhor.

Tenho um conhecimento muito superficial da companheira Cátia Ferreira.

Falei com ela duas vezes e fiquei bem impressionado.

Venho deixar-lhe um desafio.

O seu partido elaborou um trabalho muito interessante e que devia ser aproveitado. Dê o seu contributo!

“POR UM PORTUGAL AMIGO DAS CRIANÇAS; DAS FAMÍLIAS E DA NATALIDADE – 2015/2035”

Os cumprimentos estendem-se também aos candidatos do Bloco de Esquerda: da CDU e do CDS.

Quanto a mim, ficando aquém das minhas expectativas quanto ao número de votos a conseguir, fiz os mínimos.

Desengane-se quem julgue que venho para aqui agitar freneticamente a bandeirinha do CHEGA.

Sou um lutador por causas, norteando-me por valores e princípios.

Estarei aqui para pugnar, para colaborar no desenvolvimento harmonioso do nosso concelho; para ajudar a engrandecer a Região Demarcada do Douro e, através da minha conduta cívica, ajudar a enobrecer a vida política do nosso Portugal.

E é neste contexto que vou deixar um desafio a esta Assembleia Municipal, mesmo sabendo quão é inexpressivo o meu peso política neste órgão.

Vamos eleger hoje os 4 representantes deste órgão na Assembleia Intermunicipal da CIMDOURO.

E eu vou candidatar-me a um desses lugares.

Se a Assembleia entender que há 4 membros mais qualificados que eu para assumir esse lugar, seja pela sua bagagem intelectual; seja pelo domínio de dossiers que se abordem nesse fórum; seja porque demonstram mais paixão que a que eu tenho pela Região Demarcada do Douro ou seja porque reúnem mais condições para nesse órgão serem mais assertivos que eu a reafirmar o importante papel da CIM a deslindar ou desemaranhar o nó político-burocrático que emperra o Governo Central a tomar uma decisão rápida, necessária, assertiva, justa e digna para a Casa do Douro, escolham quem quiserem.

Eu estou disponível para participar nesse combate necessário, urgente e imperioso que pugne pelo interesse da Região, o mesmo que é dizer, pela melhoria das condições de vida de 21000 lavradores, que espezinados e tão maltratados têm sido desde a extinção da Casa do Douro.

Vou terminar não sem contudo abordar um assunto que entendo ser pertinente e que me causa apreensão e desencanto.

Abordei-o recentemente na minha página do Facebook e relaciona-se com o facto de duas empresas privadas terem decidido encerrar o seu funcionamento normal do atendimento ao público a partir da 20horas porque entenderam que não estavam reunidas condições de segurança bastante para salvaguarda dos seus funcionários e do património.

Tudo devido a comportamentos menos apropriados de alguns elementos da nossa comunidade que tendem em reincidir em comportamentos que causam prejuízos materiais e inquietude na generalidade dos munícipes.

A Repsol justificou o encerramento com o facto de o sucedido ter coincidido com a saída de dois funcionários, situação que levantou problemas de gestão laboral e de horários.

Disseram-me hoje que pensam ter regularizado a situação no princípio de Janeiro mas vão manter a venda ao postigo depois das 20horas.

A Galp foi mais assertiva e entregou-me um comunicado escrito.

Eu entendo que qualquer munícipe se pode passear por qualquer lugar da Régua; à hora que quiser sem a inquietude sobre a eventualidade de ser molestado.

Há décadas que vivemos com situações destas e é tempo de por cobro em definitivo às mesmas.

A chamada pelo Presidente da Câmara do Pelotão de Intervenção Rápida de Penafiel foi um contributo.

Tenho a noção que a melhoria da situação não passa apenas por atitudes repressivas.

Sei que o Edil está empenhado, com o Gabinete de Apoio Social em implementar medidas que combatam estigmas e que sejam integradoras.

Por hoje não me vou alongar mais sobre o assunto porque li no documento que nos foi enviado sobre “ informação escrita da actividade municipal” está expresso que o Presidente teve reuniões com o Comandante do Destacamento e Comando do Posto da GNR da Régua.

Vou esperar para o ouvir mas com a arreigada convicção de que o problema não conseguirá ser resolvido a este nível mas sim a nível Distrital; Norte ou Lisboa.



Declaração de voto referente ao ponto 4. da Ordem do Dia, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15/12/2021.

O Grupo Municipal do Partido Socialista assume preocupação pelo facto de em qualquer investimento, pequeno ou grande, seja prática corrente deste executivo o recurso ao endividamento e, mesmo considerando a taxas de juro baixas, como o caso, não deixa de ser uma realidade que onerar as gerações futuras, uma vez que o seu prazo de pagamento é de 15 anos.

Este financiamento, até ao montante de 238.198,50 euros, representa menos de 1% do orçamento anual do Município, pelo que, entende o Grupo Municipal do Partido Socialista que, atendendo ao seu valor, este financiamento não se justificaria numa gestão financeira equilibrada dos recursos municipais.

Não obstante, e no sentido de não colocar em causa o investimento municipal cofinanciado pela operação-NORTE-06-3928-FEDER-000203 – Revitalização do Balneário termal para fins terapêuticos das Caldas do Moledo, o Grupo Municipal do Partido Socialista, vota favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalho.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



Declaração de voto referente ao ponto 5. da Ordem do Dia, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15/12/2021.

O executivo do Município tem vindo a recorrer, de forma sistemática, à contratação de um empréstimo a curto prazo, sendo que em 2016 este empréstimo era de 600.000,00 euros, sendo a proposta atual de 1.000.000,00 euros, ou seja, no espaço de 5 anos existe um aumento 66,7%.

Ora, sendo a essência do empréstimo de curto prazo a de suportar despesa corrente que não seja possível de suprir, verificamos a recorrência da utilização do mesmo com o aumento anual do seu valor, revelando um crescente descontrolo na gestão corrente da autarquia, evidenciando dificuldades de tesouraria, o que preocupa o Grupo Municipal do Partido Socialista.

Nessa medida, e atendendo às explicações do Sr. Presidente da Câmara, o Grupo Municipal do Partido Socialista não pretende inviabilizar, eventualmente, o funcionamento dos serviços municipais, nomeadamente o pagamento dos salários de trabalhadores e fornecedores, pelo que decidiu abster-se na votação deste ponto.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista



Declaração de voto referente ao ponto 10. da Ordem do Dia, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15/12/2021.

O Plano e Orçamento para 2022 é a continuidade dos Planos e Orçamentos apresentados no mandato anterior.

O Grupo Municipal do Socialista do Peso da Régua mantém as mesmas preocupações e interrogações sobre as consequências das opções tomadas pelo executivo do Município no que diz respeito ao futuro do Concelho e das suas gentes, tendo-o manifestado ao longo dos últimos anos.

Neste Plano são feitas referências a medidas/investimentos que se vêm arrastando ao longo dos anos e sem que, mais uma vez, uma parte significativa delas tenha qualquer verba inscrita do Plano Plurianual de Investimentos. Por outro lado, são enunciadas medidas que são contraditadas pela realidade, como são exemplos:

Pag.17: “facilitar a acessibilidade e a mobilidade de pessoas” – Desde que Peso da Régua aderiu às “Cidades com Mobilidade”, já na década anterior, as barreiras arquitetónicas continuam a ser uma constante, dificultando a vida, sobretudo, as pessoas com mobilidade reduzida;

Pag. 33: “Cartão Jovem Municipal”: projeto que não teve a devida atenção por parte do executivo e que não tem qualquer expressão/relevância para os jovens e comércio local;

Pag. 34: Ainda no âmbito da juventude existem várias iniciativas que já vêm constando do Plano e Orçamento dos anos anteriores e que não saem do papel.

Porquanto, sob o ponto de vista financeiro, este é mais um Plano e Orçamento que enferma dos mesmos vícios e limitações dos apresentados no mandato anterior.



Verifica-se que está sobre orçamentado, onde 43% do investimento projetado não tem financiamento previsto, e como tal, como tem vindo a acontecer, é expectável uma revisão do orçamento durante o ano de 2022. Efetivamente, continua a ser recorrente a inscrição de valores relevantes em rubricas que deveriam ser de carácter residual, estando inscritos no Orçamento da Despesa cerca de 3,7 milhões de euros neste tipo de rubricas que representam cerca de 13% do Orçamento.

A sobre orçamentação leva a que estes documentos deixem de ser bons instrumentos de gestão das contas do Município, uma vez que partimos de uma realidade que sabemos que não se vai materializar.

A continuidade nas opções enunciadas neste Plano e Orçamento refletem a gestão do executivo do Município que, a nosso ver, tem conduzido o Concelho a forte estagnação.

Deste modo, verificamos que ao nível da empregabilidade, segundo o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, está evidenciado que nos últimos doze anos, o nosso Concelho viu aumentado o número de desempregados e diminuída a população ativa, numa tendência contrária ao contexto regional.

Consideramos que o documento reflete a falta de iniciativas do Município para colmatar falhas ao nível de infraestruturas e de parcerias estratégicas, que estimulem o crescimento económico e mais emprego.

A par desta dificuldade, verifica-se uma outra no âmbito da habitação no nosso concelho, pois não obstante a melhoria significativa, nos últimos anos, do parque habitacional de âmbito social, consequência de programas nacionais implementados pelo Governo, o que é certo, é que existe um grande número de edificações degradadas sitas em zonas centrais e estratégicas e ausência de investimento na construção de novas habitações que ajudem a fixar população.



Para além destas dificuldades, acresce a falta de alternativas e estratégias ao nível da mobilidade no nosso Concelho, dificultando mais investimentos e desenvolvimento turístico.

Ora, estes são problemas que impõem iniciativas e medidas estruturantes ao seu combate e que se verificam não estarem contempladas neste Plano, o que, associado à elevada taxa de endividamento, tendem a agravar os nossos índices de competitividade, coesão e sustentabilidade.

O Grupo Municipal do Partido Socialista considera de primordial importância que o executivo do Município imprima uma dinâmica e estratégia que nos afaste da estagnação em que nos encontramos, apresentando um Plano e orçamento que reflita as iniciativas e projetos que o nosso Concelho precisa, de molde a que Peso da Régua deixe de ser o 4.º Concelho com maior passivo exigível per capita e o 3.º concelho que mais impostos cobra por habitante.

Porquanto, defendemos uma mudança na forma de gestão do Município, onde sejam estabelecidas prioridades no combate à desertificação, falta de mobilidade, falta de investimento e sejam lançados novos desafios para o nosso Concelho, de molde que se fixem os Reguenses à sua terra, se melhore a sua qualidade de vida e a atrair a fixação de novos residentes, desta forma, e pelos motivos expostos, o Grupo Municipal do Partido Socialista votam contra o Plano e Orçamento para o ano de 2022.

Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista